

AFRICAN UNION
الاتحاد الأفريقي



UNION AFRICAINE
UNIÃO AFRICANA

Addis Ababa, ETHIOPIA P. O. Box 3243 Telephone 517 700 Cables: OAU, ADDIS
ABABA

CONSELHO EXECUTIVO
Décima-Segunda Sessão Ordinária
25 - 29 de Janeiro de 2008
Adis Ababa, Etiópia

EX.CL/377 (XII)

**RELATÓRIO DA COMISSÃO SOBRE AS ELEIÇÕES PÓS-
INTERMEDIÁRIAS À ASSEMBLEIA DA ECOSOCC**

Relatório sobre a Preparação e Realização de Eleições na Assembleia Permanente do Conselho Económico, Social e Cultural da União Africana (ECOSOCC)

O Conselho lembra a sua Decisão EX.CL/Dec.338(X) na 10ª Sessão Ordinária de Janeiro de 2007, realizada em Adis Abeba, Etiópia, para a extensão do mandato do ECOSOCC Provisório para 31 de Dezembro de 2007. A Decisão solicita o Comité Permanente a levar a cabo as medidas necessárias para garantir que o processo de eleição para a Assembleia pós-Provisória do ECOSOCC seja completo até 31 de Dezembro de 2007. Solicita igualmente à Comissão a levar a cabo as devidas medidas para apoiar este processo em conformidade com as regras e regulamentos da União Africana e a apresentar um relatório à próxima Sessão Ordinária do Conselho Executivo.

A Reunião do Cairo: Desenvolvimento de um Roteiro para a Questão das Eleições

Imediatamente após à Sessão do Conselho, a Presidente Interina do ECOSOCC, Professora Wangari Maathai, convocou uma reunião do Comité Permanente Interino no Cairo, Egipto, de 24 - 26 de Fevereiro de 2007, para analisar as implicações e os desafios inerentes na Decisão do Conselho e estabelecer um roteiro que permita ao Comité Directivo Provisório desempenhar o seu mandato nos prazos definidos pelo Conselho.

Neste contexto, a reunião do Cairo analisou os processos de consulta, mobilização e sensibilização que foi realizado pelos membros da Mesa do ECOSOCC e pela Assembleia Provisória alargada para determinar se serviria como base para eleições legítimas. Após sérias análises dos processos em curso, o Comité Permanente decidiu de maneira diferente. A maioria do Comité Permanente reconheceu que apesar de alguns esforços louváveis terem sido levados a cabo neste sentido, as consultas foram sempre marcadas por irregularidades incluindo simulações, exclusão negligente ou deliberada de importantes segmentos da sociedade civil e teve pouco alcance, profundidade e credibilidade.

O trabalho do Comité de Credenciamento

Consequentemente, o Comité Permanente optou por uma metodologia de imprensa/publicidade para as eleições que seriam inclusivas, abertas e transparentes. Esta metodologia envolveu a criação de modelos de eleições por parte do Programa de Trabalho e Comité de Credenciamento da Assembleia Provisória, a publicação destes modelos na internet, nos órgãos de comunicação nacionais, regionais e continentais de grande impacto convidando todos os candidatos elegíveis a candidatarem-se para as eleições. Subsequentemente o Comité de Credenciamento irá vetar as candidaturas e pré-seleccionar os candidatos aprovados para as eleições. Deverá posteriormente apresentar o relatório para o Comité Permanente para análise e/ou adopção. Caso o Comité Permanente confirme o relatório e os resultados, deverá então se tornar a base para as eleições. Contudo, um processo de apelação foi igualmente incluído neste programa. O Comité de Credenciamento deve notificar os candidatos sobre a situação

das suas candidaturas, dando-lhes a opção de apelar ou prestar novas informações que apoiem as suas declarações de elegibilidade. Aos candidatos que não tenham prestado todas as necessárias informações deve ser dada a opção de prestar essas informações e alistados temporariamente como Candidatos Provisórios por um período findo o qual a sua situação provisória deixará de ser válida.

O processo foi levado a cabo de forma completa e diligente. O Comité reviu todas as candidaturas usando o modelo de verificação no quadro do critério de elegibilidade apresentado pelos Estatutos do ECOSOCC. Deste modo, procurou reconciliar a necessidade de aderir estritamente às disposições dos Estatutos e as necessidades constantes no Artigo 6º dos Estatutos reunindo os principais objectivos do ECOSOCC e buscou aconselhamento do Gabinete de Assessoria Jurídica sobre a aplicação dessas regras.

De modo geral, um total de cerca de duzentos e trinta e sete candidaturas de 44 países foram recebidas e analisadas em duas reuniões sucessivas em Acra, Gana e Yaoundé, Camarões, em Junho e Setembro de 2007, respectivamente. Os detalhes dos resultados foram apresentados à 2ª Reunião do Comité Permanente realizada no Hotel Mount Febé em Yaoundé, Camarões, de 5 - 6 de Setembro de 2007, pelo Presidente do Comité de Credenciamento, Sua Excelência Saida Agrebi, sendo que 20 países foram julgados preparados para eleições naquela altura, outros dez foram considerados provisoriamente preparados e vinte e três não preparados. De igual modo, foram concluídos acordos para a realização de eleições internacionais e duas eleições regionais.

O processo de Revisão e Avaliação em Yaoundé

O Comité Permanente avaliou os métodos, procedimentos e resultados do trabalho do Comité de Credenciamento e felicitou-o pelo seu trabalho exemplar. Decidiu igualmente de forma unânime adoptá-lo como uma base para posteriores eleições. Alargou os prazos para as candidaturas para os países que foram julgados não preparados ou provisoriamente preparados para eleições. Realizou igualmente consultas internas e desenvolveu um programa de trabalho, incluindo um calendário para as eleições de modo que o permitisse completar o seu mandato até 10 de Dezembro de 2007. Autorizou ainda os processos de reclamação e orientou o Comité de Credenciamento a trabalhar com o Secretariado no sentido de fixar datas para eleições como novos países, regiões, etc. Que se tornam preparados para as eleições. De igual modo, estabeleceu um procedimento de realização de eleições baseado nas directrizes a serem desenvolvidas pelo Gabinete de Assessoria Jurídica da UA e um procedimento para observação e monitorização de eleições para garantir um processo livre e justo e para avaliar os progressos e desenvolvimentos do processo.

O Papel do Secretariado

Como parte deste processo, o Secretariado na Comissão foi orientado a interagir com as Embaixadas e Governos dos Estados Membros para nomearem entidades competentes para supervisionar as eleições e para trabalhar com a Comissão e com o Comité Permanente para o apoio e criação de um ambiente permissível a realização de eleições. Em cada e em todos os casos, o Comité Permanente concordou igualmente em

associar os Ministérios dos Negócios Estrangeiros em cada um dos Estados Membros com o processo eleitoral.

O Secretariado tem sido eficiente na prossecução das suas tarefas. Com a evolução do processo, apresentou detalhes das decisões e processos de implementação aos vários estados através das suas Embaixadas em Adis Abeba e prestou informações actualizadas sobre os progressos e desenvolvimentos, manteve um fluxo estável de informações e troca de comunicações com o ECOSOCC como um órgão e os Estados Membros da União.

O Início das Eleições

Seguidamente, o processo iniciou com as eleições continentais realizadas em Adis Abeba, em 30 de Outubro de 2007. o evento, presidido pela Professora Wangari Maathai, no qual participaram igualmente Membros do CRP, representantes do Corpo Diplomático, Membros do Comité Permanente, o Secretariado e os representantes do Presidente da Comissão da União Africana, Comissário Rosebud Kurwijila. Todos participaram de forma activa no processo que foi aberto, livre e justo. Os resultados foram aceites tanto pelos vencedores como pelos derrotados. Posteriormente foram realizadas eleições em estados, nomeadamente, Sudão, Tunísia, Argélia, Egipto, Camarões e Quénia. As eleições na Região Oriental foram igualmente realizadas no Quénia em 8 de Dezembro de 2007.

Avaliação

Até ao momento, as eleições foram realizadas com justiça, substância e dignidade. A qualidade dos vencedores tem sido bastante forte. Surgiram em diferentes partes do continente credíveis e importantes novos membros da Assembleia do ECOSOCC, como marca da legitimidade, inclusão e da natureza dinâmica do processo. Por exemplo, os vencedores ao nível Continental incluíam a União Pan-Africana de Advogados (PALU), a Organização dos Sindicatos Africanos (OATUU), a Federação Pan-Africana de Empregadores e grupos proeminentes de mulheres como a FEMNET, PAWO, e a FAS. Ao nível nacional emergiram organizações como a *Maendeleo Ya Wana Wake Organization* no Quénia, *ANSEDI* na Argélia, a *Associação de Mães Tunisinas* na Tunísia. De igual modo, na forma actual o princípio de balanceamento no género foi facilmente atingido através do processo de votação. As representantes femininas ganharam maioria das eleições na Argélia, Tunísia, Quénia e eleições da Região Oriental.

As eleições foram igualmente realizadas com dignidade, com a Comunidade da Sociedade Civil Africana a prestar exemplos em civilidade e decoro. Os critérios de elegibilidade foram bastante rigorosos e vários membros proeminentes da actual Assembleia incluindo o Comité Permanente e os Membros da Mesa foram desqualificados. Ainda assim, muitos aceitaram os resultados em boa-fé e continuaram a prestar uma supervisão diligente e responsável bem como a supervisão do processo. Na sua declaração de abertura para as eleições continentais, o Prof. Alpha Oumar Konare, Presidente da Comissão da União Africana observou e felicitou esta tendência. De forma invariável, houve alguns maus perdedores mas isto igualmente dá viabilidade e fortalecimento ao processo uma vez que implica que a Sociedade Civil Africana não está

distanciada da integração geral do continente e da humanidade na qual o privilégio da representação e do poder é feito com lutas intensas com resultados geralmente difíceis de aceitar por parte dos perdedores. Contudo, no geral, a tendência tem sido num espírito amável, aberto, competitivo e bem intencionado.

Os créditos para isto devem ser dados ao Comité de Credenciamento e a sua liderança, Sua Excelência Saida Agrebi, com o apoio do Secretariado na Comissão desempenharam bem as suas tarefas, bem como o Comité Permanente sob a liderança da Prof. Wangari Maathai. Créditos devem ser dados igualmente aos Estados Membros e, particularmente às Embaixadas dos vários Estados em Adis Abeba que prestaram um forte apoio. O CRP, em especial o seu Presidente, Embaixador Aggrey do Gana estiveram de igual modo estreitamente associados ao processo. Mesmo assim, alguns problemas requerem particular atenção uma vez que se relacionam com a via a seguir.

A Via a Seguir

O principal problema é o espaço de tempo limitado disponível para a conclusão do exercício. Na sua reunião em Yaoundé, o Comité Permanente Provisório definiu uma meta para a conclusão das eleições até ao dia 10 de Dezembro de 2007 e estabeleceu um rigoroso calendário e programa de trabalho para apoiar este programa.

Na realidade, o processo mostrou ser mais envolvido e mais desafiador. A tarefa da realização de eleições em 53 estados soberanos e ao nível regional e continental é mais complicado do que se espera. Envolve negociações complexas com os estados no sentido de se acordarem as datas e locais. Requer igualmente a designação de autoridades nacionais competentes e de acordos com as mesmas sobre os prazos e os calendários. As comunicações entre a Comissão e as Embaixadas em Adis Abeba e entre ambas e os vários governos provaram ser difíceis o que leva aos atrasos na implementação efectiva do calendário.

De igual modo, os prazos para os estados nos quais os candidatos estavam provisoriamente preparados ou que não tiveram nenhum candidato, tiveram igualmente impacto no estabelecimento do calendário.

Conclusão e Recomendações

As ilações tiradas bem como o processo beneficiaram das experiências que levaram aos acordos e adaptação rápida e célere do programa de trabalho. Contudo, é claro que as eleições não podem ser concluídas nos prazos definidos pela Decisão do Conselho, apesar do processo estar actualmente em curso normal.

Finalmente, a Comissão estima firmemente que cerca de dois meses e meio serão necessários para a conclusão do processo. Será difícil garantir que todos os estados irão completar o processo assim como será difícil garantir que todos os estados participem nas Cimeiras ou nos programas da UA. Mas a grande maioria pode ser garantida nesses prazos de modo que o processo do ECOSOCC possa assumir a necessária gravidade e ímpeto. A Assembleia Permanente do ECOSOCC poderá ser então lançada em Abril de 2008.

Em conclusão, é firme convicção da Comissão que as bases para uma Assembleia pós-Provisória do ECOSOCC activa, vibrante e segura terão sido lançadas, se for dado ao processo espaço de manobra para a sua conclusão. Portanto, a Comissão solicita a extensão final do mandato do ECOSOCC Provisório para um período de dois meses e meio até dia 15 de Março de 2008, de modo a criar as vias para o lançamento da Assembleia Permanente do ECOSOCC em Abril de 2008.

2008

Relatório da Comissão sobre as eleições pós-intermediárias À Assembleia da Ecosocc

União africano

União Africano

<http://archives.au.int/handle/123456789/3887>

Downloaded from African Union Common Repository